

ATA DA XXI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS

**OUVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNOMP
REALIZADA EM 07 e 08 de AGOSTO DE 2014**

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, no Hotel Serra Azul, Rua Garibaldi, 152, em Gramado/RS, reuniram-se Ruth Lies Scholte Carvalho, Presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público - CNOMP, Ouvidora do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Sammy Barbosa Lopes, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Acre, Luiz Barbosa Carnaúba, Ouvidor do Ministério Público do Estado de Alagoas, Paulo Celso Ramos, Ouvidor do Ministério Público do Amapá, Flávio Ferreira Lopes, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Amazonas, Marília de Campos Souza, Ouvidora do Ministério Público do Estado da Bahia, Maria Magnólia Barbosa da Silva, Ouvidora do Ministério Público do Estado do Ceará, Sérgio Dário Machado, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Orlandina Brito Pereira, Ouvidora-substituta do Ministério Público do Estado de Goiás, Olavo Monteiro Mascarenhas, Ouvidor do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, Antônio César Cioffi de Moura, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Paraná, Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, Ouvidorsubstituto do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Leonardo Dantas Nagashima, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, Luiz Cláudio Varela Coelho, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Cláudio Wolff Harger, Ouvidor do Ministério Público de Rondônia, Sales Eurico Melgarejo Freitas, Ouvidor do Ministério Público do Estado de Roraima, Vânio Martins de Faria, Ouvidor do Ministério Público de Santa Catarina, Fernando José Marques, Diretor Financeiro do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público - CNOMP, Ouvidor do Ministério Público do Estado de São Paulo, Márcio Rio Branco, representando

Leonardo de Farias Duarte, Ouvidor do Conselho Nacional do Ministério Público, Heloísa Maria Moraes Rego Pires, Ouvidora do Ministério Público do Trabalho, Lúcia Beatriz Magalhães de Mattos, Coordenadora do SAC e Ouvidora do Ministério Público Militar e Julieta Elizabeth F.

C. Albuquerque, Ouvidora do Ministério Público Federal.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

Maria Rosynete de Oliveira Lima, Ouvidora do Ministério Público do Distrito Federal, Mariléa Campos dos Santos Costa, Ouvidora do Ministério Público do Estado do Maranhão, Eliana Cícero de Sá Maranhão Aires, Ouvidora do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, José Maria Gomes dos Santos, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Pará, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Ouvidora do Ministério Público do Estado do Piauí, Geórgia Marcovecchio Guerra, Ouvidora do Ministério Público do Rio de Janeiro, José Carlos de Oliveira Filho, Secretário Executivo do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público - CNOMP, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Sergipe, Alcir Raineri Filho, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Homenageados: José Valdo Silva, ex Ouvidor do MP do Ceará e Doriel Veloso Gouveia, ex Ouvidor do MP da Paraíba.

Previsão de pauta: Palestra a ser proferida por José Francisco Seabra Mendes Junior, Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul - Tema: Promotoria de Justiça do Torcedor - Causas e efeitos de sua criação. Discussão sobre as Resoluções CNMP 95/2013 e 104/2014; Relatório mensal e a necessidade de ampliação do detalhamento por assunto das classes de manifestações; Resolução CNMP 73 e a Manifestação do Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos; Cenário das Ouvidorias; Diagnóstico para reunião com o Colégio de Procuradores-Gerais de Justiça; o Decreto Federal n. 8.243, de 23 de maio de 2014; Pauta administrativa; comunicações da

Presidência.

Aberta a reunião, Após cumprimentar a todos, a Presidente Ruth Lies Scholte Carvalho passou a palavra ao anfitrião, Luiz Cláudio Varela Coelho, que deu as boas vindas e saudou ouvidores, ouvidoras e assessores presentes na pessoa da Presidente. Na ocasião saudou as autoridades integrantes da Mesa, Alexandre Sikinowski Saltz, Secretário Geral do MPRS, neste ato representando Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do MPRS, Isabel Guarise Barrios Bidigaray, Chefe de Gabinete do PGJRS, Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, Presidente da AMPRS, Sérgio Harries, vice Presidente da AMPRS, Julia Ilenir Martins, Ouvidora substituta do MPRS, e especialmente, Mauro Henrique Renner, Procurador de Justiça e futuro Ouvidor do MPRS, que assumirá o cargo em 19 de agosto de 2014, juntamente com Julia Ilenir Martins, no cargo de Ouvidora substituta. Em seguida, manifestou a alegria de sediar a XXI Reunião Ordinária do CNOMP no RS, reencontrar os colegas e conhecer os novos Ouvidores que integram o grupo. Com a palavra Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto cumprimentou os presentes, discorreu sobre o XII Congresso Estadual do Ministério Público cujo tema tem total afinidade com os propósitos das Ouvidorias. O Secretário Geral do MPRS, Alexandre Sikinowski Saltz também cumprimentou a todos, manifestou a alegria em receber os Ouvidores no seu estado, e ressaltou o caráter democrático do Ministério Público e a conseqüente relevância das Ouvidorias. Com a palavra, a Presidente do CNOMP, Ruth Lies, cumprimentou nominadamente os componentes da Mesa já apresentados, agradeceu a receptividade do MPRS, a presença da Procuradoria Geral e da AMPRS, e a oportunidade de realizar a XXI reunião do CNOMP concomitantemente com o XII Congresso Estadual do Ministério Público do RS. Nesse momento, a mesa foi desfeita e recomposta apenas com a Diretoria do CNOMP. Prosseguindo, a Presidente proferiu palavras de estímulo aos novos colegas Ouvidores

e exaltou a importância da participação ativa de todas as ouvidorias nas reuniões do CNOMP e os aspectos culturais e turísticos de Gramado e da Serra Gaúcha. Com a palavra, as novas colegas ouvidoras, Julieta Elizabeth Farjaro Cavalcanti de Albuquerque, Ouvidora do MPF e Maria Magnólia Barbosa Silva, Ouvidora do MP do Estado do Ceará, discorreram brevemente sobre questões pertinentes aos respectivos MPs de origem e o CNOMP. Dando prosseguimento à reunião, a Presidente saudou José Valdo Silva, ex Presidente do CNOMP e ex Ouvidor do Ceará e Doriel Veloso Gouveia, ex Ouvidor do MP da Paraíba, ocasião em que reafirmou que os mesmos serão sempre muito bem vindos ao colegiado.

Em cumprimento da pauta, **a ata da XX Reunião** ocorrida em 27 e 28 de março de 2014, em Ouro Preto, foi discutida e **aprovada** após as correções solicitadas pelos presentes. Iniciada a pauta administrativa, passou-se à **discussão das Resoluções nº95 e 104**, especialmente no que toca a exclusividade dos Ouvidores, acolhimento pelos gestores e providências em caso negativo. Após a discussão da matéria que alcançou ainda a nomeação dos ouvidores substitutos, a diversidade das realidades de todos os MP, e a necessidade de previsão das Ouvidorias em Lei Federal. Em consequência foi afastada a deliberação anterior de inserção das Ouvidorias na Lei Orgânica Nacional, pela dificuldade do momento político, e concluiu-se pela oportunidade de elaboração da minuta de anteprojeto de Lei Federal para regulamentação das Ouvidorias da União e dos estados. Acolhendo sugestão do Ouvidor do Paraná, Antônio Cioffi, foi nomeada por aclamação, a comissão de elaboração da referida minuta que, após aprovação do CNOMP, será encaminhada ao Procurador Geral da República. Neste momento, Márcio Rio Branco reiterou que o Ouvidor Nacional do MP concorda com a exclusividade dos Ouvidores, e por isso fez incluir a palavra "preferencialmente" na Resolução. Primeiro em respeito a autonomia dos Ministérios Públicos

estaduais sustentada pelos Procuradores Gerais junto ao Conselho Nacional, segundo pelo volume reduzido de demandas em algumas Ouvidorias. Sustentou, ainda, que o próprio Ouvidor do CNMP não possui exclusividade, já que acumula a ouvidoria com a função de Conselheiro, mas está aberto para ajudar a sensibilizar os Procuradores Gerais nos casos em que haja grande demanda da ouvidoria e o Ouvidor não goze de exclusividade. Agradecendo, a Presidente consignou que isso ficou claro na ata aprovada e que na reunião em Ouro Preto, dois colegas manifestaram-se pela desnecessidade de exclusividade em seus estados no atual momento. Concluindo, a Presidente ressaltou que a exclusividade é um passo necessário ao respeito e efetividade das Ouvidorias, a exemplo do que ocorre com as Corregedorias.

O segundo tema tratado foi a Resolução n. 73 do CNMP, que limita as horas-aula dos membros de Ministérios Públicos a 20 (vinte) semanais, 4 (quatro) horas-aula/dia, considerada a semana de segunda a sexta. A Presidente informou que o Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos defende a dilação da carga horária e, por isso buscou ouvir o CNOMP a respeito. Após amplo debate, considerações contrárias e favoráveis à dilação da carga horária, o CNOMP opinou, por maioria, pela manutenção da Resolução como posta, sem qualquer alteração, em defesa de um criterioso exercício tanto da atividade ministerial quanto da atividade docente. **Na parte da tarde**, encerrando discussão da matéria relativa ao CNMP, os Ouvidores debateram o **relatório mensal**. A Presidente lembrou que a exigência primeira do CNMP, no encontro de Natal, era o envio mensal de um relatório estatístico-analítico, e que, diante da manifesta dificuldade de elaboração de relatório analítico pelas Ouvidorias, a cada mês, restou definido que o relatório mensal seria apenas estatístico, com descrição de tópicos. No entanto, questionou os campos do formulário enviado pelo CNMP para

preenchimento pelas Ouvidorias, que registra campos de atuação incompatíveis com a classificação das manifestações operadas, a exemplo do que ocorre com as informações relativas à infância e ao idoso. Com a palavra, o Ouvidor do RS explicou que o relatório era feito em conformidade com a classificação instituída, ou seja, comentário, crítica, denúncia, elogio, pedido de informação e reclamação. No entanto, no formulário do CNMP os temas foram englobados por matéria a exemplo da educação, saúde, idoso e pessoas com deficiência, de forma a dificultar a análise correta da situação, porque para cada um destes itens, as Ouvidorias recebem reclamações separadas. A sugestão de Luiz Varela seria separar os itens, com maior detalhamento, para maior fidelidade de avaliação dos gargalos do Ministério Público. Márcio Rio Branco assegurou, em nome do Ouvidor do CNMP, que para o Conselho Nacional não há problema em desdobrar os itens necessários, e que a ideia é mesmo detalhar ao máximo. O que motivou a aglutinação dos diversos temas foi a previsão de dificuldade das Ouvidorias locais para preencher todos os dados. Na ocasião, Márcio comprometeu-se a encaminhar a matéria ao Ouvidor Nacional para deliberação caso não haja dificuldade por parte dos Ouvidores no preenchimento dos dados de forma mais detalhada. A Presidente informou que a Ouvidoria do MPMG preenche o formulário do CNMP e envia um aditivo, com as informações complementares, até solução definitiva. Neste momento, foi anunciada a **comissão para elaboração da Minuta de anteprojeto da lei federal** que ficou assim composta: Ouvidor do Amapá, do Paraná, do Espírito Santo e Ouvidoras do MPF e do MPT. A presidência da comissão ficou a cargo da Ouvidoria do MPT por aclamação. Após, por provocação da Presidente, foi discutida a vida econômica do Conselho. Afirmou a Presidente, que a mesma se resume à contribuição trimestral de R\$100,00 (cem reais), paga exclusivamente pelos conselheiros presentes a cada reunião ordinária, o que causa grande

instabilidade financeira. Explicou que o CNOMP possui personalidade jurídica, e que a conta bancária está em nome do tesoureiro, uma vez que a demonstrada instabilidade financeira do CNOMP não admite o custo financeiro de contratação de contador. O tesoureiro complementou no sentido de que a conta poupança utilizada para o CNOMP não se confunde com sua conta pessoal, que o saldo nesta data é de R\$ 12.546,24 (doze mil, quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), e que esse dinheiro é aplicado em fundos de rendimentos. Após debate sobre o tema, foi deliberado pelos presentes que, conforme norma já vigente e visando maior estabilidade financeira, as Ouvidorias ausentes às reuniões poderão transferir o valor instituído para a conta informada. Após, deverão encaminhar os comprovantes, via internet, para o Diretor Financeiro. Questionada pela Ouvidora do Ceará sobre a titularidade da conta do CNOMP, a Presidente reenumerou os motivos e lembrou a todos que a contribuição é voluntária e que a regulamentação se restringe à forma de contribuir. Adentrando ao tema **cenário das Ouvidorias**, a Presidente comunicou que o diagnóstico da estrutura técnica e de pessoal foi feito a partir das informações prestadas pelos Ouvidores, restando necessário complementar esse diagnóstico a ser apresentado ao CNPG, com as informações relativas à suficiência ou não de cada estrutura, e consequentes reivindicações. A partir daí, cada Ouvidor discorreu sobre a realidade local e reivindicações que foram devidamente anotadas e constam das gravações de áudio. Neste momento, foram encerrados os trabalhos do primeiro dia.

Aberta a reunião do dia 08 de agosto, foram definidas as datas e local dos próximos encontros do CNOMP, a contar: 02 e 03/10, em Belém/PA, 27 e 28/11, em Teresina/PI e 19 e 20/03, em Bonito/MS, reunião para a qual está prevista a eleição e posse da nova Diretoria. A Presidente apresentou algumas sugestões para a pauta da próxima

reunião: conclusão e apreciação final do diagnóstico; apreciação da Minuta de anteprojeto da Lei Federal; discussão sobre o manual de boas práticas; a LAI e uma reflexão sobre as denúncias anônimas. Nesse momento, a convite da Presidente, O Coordenador Geral da Secretaria de Reforma do Judiciário, que tem a missão de gerir a Escola Nacional de Mediação, Igor Lima de Oliveira, acompanhado do promotor de Justiça Luciano Badini, integrou a mesa e teceu algumas considerações sobre a Escola, seu histórico, finalidades e objetivos. Na oportunidade, informou aos Ouvidores que o órgão está desenvolvendo manuais e pretende avançar para a realização de cursos sobre negociação e mediação para atores do Judiciário. A Presidente fechou a preleção concluindo que o caminho hoje é o Ministério Público resolutivo, e que a mediação consegue diminuir, em muito, o percentual de conflitos que são agravados, muitas vezes, pelo ajuizamento de ações. Em seguida, o Promotor de Justiça do RS, José Francisco Seabra Mendes Junior, proferiu elucidativa palestra acerca da "Promotoria de Justiça do Torcedor - causas e efeitos de sua criação", assunto que foi objeto de alto interesse e vários questionamentos pelos Ouvidores. **Na parte da tarde**, os ex Ouvidores, José Valdo Silva e Doriel Veloso Correia foram agraciados com a placa do CNOMP e proferiram palavras de agradecimento. Os Ouvidores do MPF e do MPAL foram incumbidos de encaminhar as placas aos ex Ouvidores Ela Wiecko e Eduardo Mendes. Retomada a pauta, os Ouvidores passaram à **discussão do Decreto Federal n.**

8.243/2014, que institui como política nacional de participação social a Ouvidoria Pública Federal. A Presidente considerou que o ato normativo reflete a importância da Ouvidoria, especialmente no Poder Executivo, em que pese os questionamentos todos a respeito de seu alcance. Foi registrado pelos presentes o justo receio de que a Ouvidoria Pública instituída pelo Decreto Federal em pauta funcione equivocadamente como

meio de fiscalização e controle. Como último tópico administrativo da reunião, foram colocadas as **metas a serem levadas para reflexão dos Procuradores-Gerais**, a exemplo da estruturação das Ouvidorias e sua rubrica orçamentária. Após a manifestação de alguns Ouvidores acerca do assunto, ficou decidido que essas metas seriam apresentadas na reunião conjunta CNOMP/CNPG. A seguir, na ausência reiterada e justificada do Secretário, a Ouvidora da Bahia, Marília de Campos Souza, foi nomeada Secretária Ad Hoc para essa reunião, e todas as demais ausências do secretário outrora eleito. O ex Ouvidor José Valdo Silva registrou agradecimento a Kenia Evangelista e a Maria da Glória Fonseca Rodrigues, que tanto contribuíram para o CNOMP com seu trabalho e empenho, fatos que devem ser registrados na história do CNOMP. A Presidente fez seus agradecimentos, principalmente à presença e apoio de todos, e declarou encerrados os assuntos da pauta e a reunião, cujo conteúdo ficou lavrado na presente ata.

Gramado, 08 de agosto de 2014.

Marília de Campos Souza
Ouvidora do Ministério Público do Estado da Bahia
Secretária ad hoc do CNOMP

Ruth Lies Scholte Carvalho
Ouvidora do Ministério Público do Estado de Minas
Gerais
Presidente do CNOMP